


Varia

História e análise de uma política linguística inacabada (2019-2022): o caso do quitoro

Louis-Jean Calvet¹ 

Tradução de:

Ebal Bolacio² 

Telma Pereira² 

Resumo

Neste artigo, o autor propõe uma reflexão sobre as escolhas linguísticas de determinados países e sobre as tentativas de intervenção externa nessas escolhas. Trata-se de um texto de caráter pedagógico que pode ser utilizado nos cursos de política linguística para iniciar uma discussão sobre a arbitrariedade do poder, o papel dos especialistas internacionais, a cooperação técnica, envolvendo principalmente contextos pós-coloniais, plurilíngues, além de questões mais gerais de ordem prática, ideológica, antropológica, política e ética.

Palavras-chave: Política Linguística, Ideologia linguística, Plurilinguismo.

Bethania Mariani
Editora-chefe dos
Estudos de Linguagem

¹Aix-Marseille Université. Marseille, France.
E-mail: louis-jean.calvet@wanadoo.fr

²Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, Brasil
E-mails: ebolacio@gmail.com; talmeida@id.uff.br

Recebido em: 15/08/2023

Aceito em: 13/11/2023

Como citar:

CALVET, Louis-Jean. História e análise de uma política linguística inacabada (2019-2022): o caso do quitoro. *Gragoatá*, Niterói, v. 28, n. 62, e59558, set.-dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v28i62.59558.pt>

Com uma superfície de 231.000 km² e uma população de pouco mais de dois milhões de habitantes, Torolândia está situado a sudoeste de Uganda. O país que fazia parte do antigo reino do Toro (1830-1967) tornou-se independente em 2019, e após um golpe de estado e ao final de um longo debate se autoproclamou República de Torolândia. Houve quem considerasse que esse nome apresentava a marca do antigo colonizador britânico, e por isso a população muçulmana do país tendia mais para o termo *bilad Toro*, enquanto a minoria asiática preferia a designação *Torostan*. Contudo, conservou-se a denominação Torolândia.

A seguir, apresentaremos os debates e as decisões a respeito da política linguística de Torolândia. Esse país recém independente tem 37 línguas diferentes, principalmente do grupo banto, mas tem também línguas nilóticas e sudanesas, dificilmente intercompreensíveis. Além do fato de nenhuma dessas 37 línguas ser a primeira língua de mais de 10% da população do país, sua situação geográfica também é um fator multiplicador para compor sua imagem de um quebra-cabeça ou de uma colcha de retalhos linguísticos.

Situado na linha que separa as águas dos oceanos Atlântico e Índico, o país é bastante montanhoso, com florestas profundas: de um canto a outro país são faladas diferentes línguas. Acrescentemos a esse quadro a inexistência de uma língua veicular na generalidade do território. A leste, há países cuja língua oficial é o inglês, enquanto no lado oeste encontramos países que têm o francês ou o português como língua oficial, o que torna Torolândia uma “terra de missão” para os anglófonos, francófonos e lusófonos.

Os primeiros debates: qual (quais) língua (s) oficial (oficiais)?

Era de se esperar que a língua do ex-colonizador fosse decretada como língua oficial, como ocorreu na maioria dos países que foram colonizados, e que algumas das línguas endógenas fossem alçadas a línguas nacionais.

Ao ver a possibilidade de acrescentar um “soft power” linguístico à sua presença econômica neste novo país, a Embaixada da China organizou uma conferência com um título um tanto enigmático: o *ti* (体) e o *yong* (用). O conferencista convidado da Universidade de Línguas Estrangeiras do Cantão apresentou, em um inglês perfeito, um raciocínio baseado em uma fórmula de Zhang Zhidong (1837-1909), 中学为体, 西学为用 (*zhong xue wei ti, xi xue wei yong*), que pode ser traduzido como “educação chinesa para princípios (essência, identidade), educação ocidental para utilidade”. Esta distinção entre o *ti* e o *yong* (o 体 e o 用) permitia distinguir ou contrapor o que pertencia à cultura do país, a identidade, e o que era uma possível contribuição de estrangeiros, a utilidade. Em outras palavras, o debate seria entre o que poderíamos chamar de uma concepção humanista das línguas, que incluiria a literatura em particular e se aproximaria do *ti*, e uma concepção bastante utilitária, que consideraria as línguas apenas como instrumentos, permanecendo,

portanto, no âmbito do *yong*. Segundo o conferencista, a tensão entre as duas perspectivas de línguas (a essencialista e a instrumentalista) deveria estar no centro da reflexão do país: qual língua identitária e qual língua útil? Ele não ousou sugerir que esta última poderia ser o chinês, destinado a se tornar uma das grandes línguas do mundo, mas muitos dos ouvintes presentes entenderam a mensagem.

No entanto, mesmo com o intuito de se livrar da herança colonial, o governo não estava pronto para substituir o inglês pelo chinês. Ora, os autores do golpe de estado reivindicavam a autenticidade e, portanto, a questão se apresentava nestes termos: como traduzir a autenticidade no campo das línguas? O Presidente da República (um jovem tenente promovido muito rapidamente a general) tentou primeiramente impor a sua própria língua, falada por menos de 30.000 pessoas de um vale remoto, o que desencadeou uma onda de oposição no país. Alguns intelectuais tentaram intervir sobre o tema da autenticidade: o país, diziam eles, era plurilíngue e, para respeitar sua autenticidade, era preciso instituir um regime linguístico autenticamente plurilíngue. Além disso, apontaram, a língua do presidente era uma língua banta, e havia outros grupos minoritários no país. Eles foram rapidamente silenciados, mas a insatisfação foi sentida dentro do próprio do governo. Encontrou-se então uma solução para pôr fim a este descontentamento: o presidente e os seus 26 ministros tinham oito línguas maternas diferentes, assim ficou decidido que as oito línguas seriam as línguas oficiais da República, sendo as outras 29 declaradas línguas nacionais. Restava ainda encontrar uma explicação coerente para essa escolha.

Foi o adido cultural da embaixada da Rússia quem destravou a situação. Ciente, como todo mundo, do problema com o qual se via confrontado o governo torolandês, ele propôs a expertise de um linguista da Universidade Estatal de São Petersburgo, especialista em política linguística, insistindo sobre o renome daquela universidade, a mais antiga do país, fundada por um decreto de Pedro, o Grande, em 1724. Uma comissão foi instaurada prontamente e o expert russo redigiu um relatório baseado nos estudos de Malcom Guthrie (1948;1971) e de Francis Jouannet (1985). Guthrie reconstruiu o que ele denominou de protobanto, elaborado a partir de uma comparação de todas as línguas daquele grupo, baseando-se na linguística comparada e na fonética histórica. Essa reconstrução, comparável à do indo-europeu, o havia levado a uma língua hipotética a partir da qual o expert russo desenvolveu o conceito de escala de autenticidade linguística. Quanto mais uma língua se aproximava da protolíngua, do ponto de vista lexical e fonológico, mais autenticamente banta ela era considerada. Quanto às 37 línguas torolandesas, aquelas que encabeçavam a escala de autenticidade linguística eram as oito escolhidas pelo governo. Esse relatório foi publicado no único jornal do país, precedido de uma apresentação elogiosa da universidade de São Petersburgo e do expert linguista. Ninguém entendeu nada do seu conteúdo, mas como a autenticidade

linguística convinha perfeitamente à ideologia atual do governo, julgou-se que a situação estava resolvida. Portanto, os juristas encarregados da redação de um Projeto de Constituição colocaram no art. 1.º a lista das oito línguas oficiais.

A primeira reunião do conselho de ministros mostrou, entretanto, que essa decisão era inexecutável. Respeitando a decisão validada pelo expert, cada um usou sua própria língua, resultando em uma cacofonia generalizada; ainda que aqueles que falavam a mesma língua se entendessem entre si, os secretários não conseguiam tomar notas nos oito idiomas diferentes e o porta-voz do governo se perguntava em que língua deveria relatar sobre as resoluções do governo que, na balbúrdia generalizada, não havia decidido nada.

A criação de uma língua torolandesa: o quitoro

O sobrinho de um ministro, único jovem torolandês formado em literaturas hispânicas, sugeriu ao seu tio uma solução que poderia ser razoável: já que a escala de autenticidade linguística não resolvia realmente o problema de comunicação causado pelo plurilinguismo do país, seria necessário criar uma língua autenticamente torolandesa. A ideia parecia sedutora: mas como criar uma língua? O ministro da cultura foi encarregado de receber o jovem e de interrogá-lo acerca de sua ideia, tarefa que delegou a um membro de seu gabinete.

O jovem diplomado explicou que fizera sua pesquisa de mestrado sobre o escritor argentino Julio Cortázar (1962), e que em um texto curto do livro *Historias de Cronopios y de Famas* intitulado “Inconvenientes nos serviços públicos”, o escritor argentino conta a história de um “cronópio”, diretor geral de uma rádio que decidiu um dia mandar traduzir todos os boletins de informação, anúncios e canções para o romeno, “língua bem pouco difundida na Argentina”, como ele mesmo especifica. A princípio os ouvintes não entenderam, ficaram assustados, sacudiram seus rádios, mas a transmissão continuava sendo feita em romeno, incluindo o famoso tango “*Esta noche me emborracho*”. Eles ligavam para protestar, mas a central telefônica da rádio só atendia em romeno. Em suma, essa mudança provocou uma grande confusão. O governo tomou então uma decisão radical: mandou fuzilar o diretor e nomeou para o lugar um “fama”, a fim de restaurar a ordem. Assim, o fama restabeleceu a língua nacional nas ondas do rádio. No entanto, uma parte da população havia comprado manuais e dicionários de romeno, língua que virou moda, para desgosto do governo, e algumas pessoas até iam rezar secretamente no túmulo do falecido diretor da rádio, o cronópio apaixonado pela língua romena. “– Quer que tornemos o romeno a língua oficial da Torolândia?”, exclamou o conselheiro ministerial. O jovem respondeu que não, obviamente, mas que aquele pequeno texto fantasioso era uma excelente base de reflexão para quem se interessava por políticas linguísticas. E que, por mais que a decisão fosse paradoxal (passar do espanhol ao romeno nas ondas do rádio de um país de língua espanhola), nota-se que mesmo

após ter sido revogada, ela ainda assim deixou marcas na população. O romeno tornou-se uma língua da moda e seu promotor foi reverenciado. O jovem continuou dizendo que, em sua opinião, isso demonstra que uma população se acostuma com um novo idioma muito rapidamente.

- E então, o que você propõe?
- Criar uma nova língua e impô-la à população, como o romeno no texto de Cortázar.

O conselheiro fez o relato ao ministro, que resolveu assumir a ideia, e após algumas semanas de hesitação, foi decidida a criação de uma “Comissão Linguística de Unificação da Torolândia”, composta por alguns funcionários públicos e os dez jovens linguistas do país que haviam estudado em várias universidades ocidentais. Mesmo com formações distintas, até antagônicas, citando professores e teorias diferentes, eles não sabiam identificar o tipo de língua que o governo preferia. Por precaução, e para evitar conflitos, decidiram dedicar a primeira reunião à questão do nome da língua. Um deles improvisou, solenemente, um pequeno discurso: “Caros colegas, todos sabemos que na Alemanha se fala alemão, na Inglaterra se fala inglês, na França o idioma é o francês e na Itália se fala italiano. Portanto, a língua da Torolândia deve ser chamada de torolandês. Muitos concordaram com a cabeça, mas um funcionário do governo disse:

- “E onde fica a autenticidade?”

De fato, eles acabaram esquecendo a autenticidade. Como os nomes da maior parte das línguas bantas são precedidos da marca de classe *Qui*, como em kiswahili (ou suaíli), quicongo, quirundi etc. alguém sugeriu o nome quitoro, “língua toro”, que obteve uma aprovação unânime, preterindo-se as línguas dos grupos minoritários. A reunião foi interrompida e os funcionários foram para as suas respectivas administrações com a boa notícia: a língua do país poderia chamar-se Quitoro. O uso do “poderia” deve-se, claro, ao fato que ela tinha de ser aprovada pelas autoridades superiores. Assim, a proposta foi apresentada aos ministros, que por sua vez a transmitiram ao Presidente, que a aprovou. A língua da Torolândia tinha agora um nome.

O tema da segunda reunião da “Comissão Linguística de Unificação da Torolândia” foi o sistema de escrita. Os jovens linguistas que haviam estudado na Europa ocidental e na América do Norte propuseram o alfabeto latino. Mas havia dois muçulmanos na Comissão que preferiam o alfabeto árabe. Um dos membros sugeriu que, já que iriam criar uma língua, poderiam também criar uma nova escrita, uma escrita autenticamente torolandesa. A reunião foi encerrada sem que se chegasse a uma decisão, mas um jornalista em busca de um furo de reportagem publicou no dia seguinte um artigo com o título: “Qual sistema de escrita para a Torolândia?”

O debate sobre o sistema de escrita

Dois dias depois, a embaixada da China enviou ao jornal um texto explicando que o sistema chinês era o mais universal, pois os caracteres não indicam como uma palavra é pronunciada, mas simplesmente seu significado. Assim, □ que designa cavalo podia também ser pronunciado *horse*, como em inglês, *cavallo* como em italiano, *Pferd* como em alemão, *ma* como em chinês, e □ poderia, portanto, designar também cavalo em quitoro, não importa qual seja seu nome naquela futura língua. Ninguém sabia que aquele argumento era apenas em parte verdade, já que continha também indicações fônicas em alguns caracteres compostos, mas a proposta chinesa foi recusada quando se constatou que seria necessário aprender milhares de caracteres, assim como foi rechaçada a ideia do alfabeto árabe, posto que a presença do Islã no país era fraca. E mais uma vez foi o Presidente quem decidiu: o quitoro será escrito em alfabeto latino.

Após a intervenção abortada da China, vários países que utilizavam o alfabeto latino - a Grã-Bretanha, a Alemanha, a França e Portugal - tentaram, por sua vez, influenciar a “Comissão Linguística de Unificação da Torolândia”. Tendo percebido que já não tinham qualquer possibilidade de impor o inglês, ou qualquer outra língua colonial, como língua oficial, escolheram um terreno diferente: o da forma de utilização deste alfabeto, das relações entre letras e sons. Afinal, o alfabeto latino tinha sido adaptado ao turco ou ao vietnamita, e a questão era como adaptá-lo ao quitoro. Há muitas provas desse trabalho nos arquivos de várias embaixadas, mas limitar-me-ei a fazer um resumo geral. A ideia era que as letras de um alfabeto não têm o mesmo valor fonético em línguas diferentes. Por exemplo, o *ch* não é pronunciado da mesma maneira em francês (*chèque*), alemão (*ach*) ou espanhol (*mucho*), tal como o *u* pode ser pronunciado /y/ ou /u/, de acordo com a língua. Ou o som /o/, em francês, pode ser escrito *o*, *au*, *eau*, *aux*. Não haveria o risco de cair no caso bizarro mencionado por Bernard Shaw, o autor de *Pigmalião*, quando disse que a palavra inglesa para peixe, *fish*, poderia ser escrita *ghoti*, “gh” como em *laugh*, “o” como em *women* e “ti” como em *nation*?

A Alemanha, a França, a Grã-Bretanha e Portugal pressionaram então a “Comissão Linguística de Unificação da Torolândia”, tentando explicar que a utilização do alfabeto latino era a melhor. A seguir, apresentoEis alguns trechos traduzidos para o francês dos relatórios enviados por alguns embaixadores:

- Uma “ Comissão Linguística de Unificação da Torolândia”, criada com caráter de urgência, foi preparada para conciliar as diferentes tendências e embelezar a sua proposta com letras emprestadas de diferentes países.
- Como Vossa Excelência sabe, o Sr. X, Encarregado das Relações na minha ausência, para evitar uma solução prejudicial à influência da nossa língua, solicitara ao nosso tradutor, o Sr. Y, que preparasse um sistema de adaptação do alfabeto latino pronunciado como no francês. O seu conhecimento dos dialetos bantos, adquirido ao longo de trinta anos de

estudo, qualificava-o para este trabalho. Na brochura que escreveu para a ocasião, o Sr. Y demonstrou que a adoção da nossa forma de pronunciar era fácil, prática e respondia às necessidades da fonética banto.

– Os torolandeses falarão então quitoro, escrevendo-o com alfabeto latino.

– O ministro X teve a ocasião de me dizer, com um certo exagero talvez, que no quitoro de amanhã haverá uma boa quantidade de palavras de nossa língua.

– Nas aldeias perdidas do país, uma população de pastores dispersa sobre as regiões de planaltos, vales e montanhas, aprenderá, então, a escrever e a ler o quitoro em um alfabeto próximo ao nosso.

Mas colocavam a carroça na frente dos bois: ninguém sabia ainda o que seria o quitoro e alguns diplomatas ocidentais simplesmente supuseram que ele seria inspirado nas línguas bantas.

Construir uma língua

Paradoxalmente, de fato, se o quitoro tinha agora um nome e um alfabeto, ele não tinha nenhuma materialidade. Era preciso lhe dar uma existência mais concreta. Os membros da Comissão ficaram em dúvida: deveriam começar pelo léxico e produzir um dicionário da língua, ou pela sintaxe e criar uma gramática? Todos consideraram que seria mais simples concentrar esforços na confecção de um dicionário, e mais lógico seguindo a ordem alfabética, começando, portanto, pela letra A. A pauta da reunião seguinte da “Comissão Linguística de Unificação da Torolândia” foi então “Dicionário, letra A.” Porém, desde o começo dos trabalhos, os participantes se viram diante de um impasse: letra A, mas em que língua? Basear-se em um dicionário de uma língua banta? Ou pegar um dicionário de uma língua europeia e criar novas palavras para cada entrada?

Os mesmos países haviam colocado especialistas à disposição da Comissão, e um lexicólogo esclareceu que os dicionários não criavam palavras, mas que eles as registravam a partir do uso dos falantes. Para fazer um dicionário, esclareceu o lexicólogo, era necessário basear-se em um *corpus*, e um *corpus* implicava primeiro em uma língua. Ele se lançou em um longo comentário sobre os escritos de Ludwig Wittgenstein (1986), em particular sobre a obra *Investigações Filosóficas*, onde o autor desenvolve um exemplo semiológico, a partir de uma placa de sinalização: segue-se uma placa se houver um uso regular de placas de sinalização.

Por sua vez, um especialista sugeriu se começasse por um léxico simples, como nos casos dos métodos *Français fondamental* e *Basic English*, para tentar criar equivalentes para cada uma de suas entradas e criar um *Basic quitoro*, ou um *quitoro fondamental*. E um outro especialista apontou a existência de línguas construídas, como o volapük ou o esperanto. Essa última intervenção despertou o interesse de membros da Comissão. Todo o mundo já havia ouvido falar do esperanto. Um jovem linguista foi encarregado então de se informar e de elaborar um relatório sobre aquela questão.

A pauta da reunião subsequente da “Comissão Linguística de Unificação da Torolândia” foi então “Relatório sobre o esperanto”. O relator começou com uma apresentação dos princípios e objetivos das línguas artificiais. A ideia era rechaçar a dominação de uma língua universal natural, fruto da história, dos imperialismos e da colonização. Ele citou em seguida as línguas mistas, resultantes das práticas sociais, como a língua franca no Mediterrâneo, ou os diversos pidgins, até chegar ao esperanto. Essa língua, explicou, visava primeiramente a simplicidade e a regularidade formais: os substantivos terminam sempre em o, os adjetivos em a, os infinitivos em i. Assim, *sapo* significa em esperanto, “sabão”, *sapa* “ensaboado” e *sapi* “ensaboar”. Alguém apontou imediatamente que a raiz dessa palavra era o inglês “*soap*”. “Não, a origem é o latim *sapo*”, salientou um letrado. O relator havia levado o livro “O Esperanto”, que circulou na sala.

– Mas todas as palavras são indo-europeias, exclamou um dos presentes.

Todos começaram a folhear o livro e descobriram exemplos que sustentavam aquele comentário: *suno* para “sol”, *tago* para “dia”, *trinki* para “beber”, *glaso* para “copo”. Um dos membros da Comissão leu uma pequena passagem do texto em voz alta: “Mais de 75% dos lexemas são retirados das línguas latinas, em particular do latim e do francês, e 20% das línguas anglo-germânicas, sendo o resto empréstimos do grego, sobretudo de ordem científica, e das línguas eslavas. Seguiu-se um alvoroço:

- É uma língua imperialista!
- Isso não tem nada de autêntico!
- Seria impor ao povo palavras vindas de fora!
- É coisa de brancos, de europeus!
- Parece a novilíngua, de Orwell!

O relator tentou explicar que se tratava apenas de um modelo, que poderia ser utilizado como guia para a elaboração de raízes provenientes das línguas bantas, pegar por exemplo todas as línguas do país.

– Mas não há dicionários das nossas línguas! Quem faria esse trabalho?

A reunião estava para terminar quando alguém sugeriu que talvez fosse mais lógico começar pela sintaxe do qutoro. Ficou decidido que essa seria a pauta da próxima reunião, o que foi aceito por unanimidade.

Mais uma vez, os especialistas estrangeiros prepararam suas armas, cada um tendo em mente a “criação” de uma língua próxima da língua de seu próprio país. Não importava a ordem das palavras (sujeito-verbo-objeto ou sujeito-objeto-verbo), um sistema baseado em declinações ou preposições, a oposição entre masculino, feminino ou neutro, cada um queria impor seu próprio sistema. Por sua vez, os jovens linguistas

torolandeses que haviam estudado nos Estados Unidos queriam que se partisse de um sistema de estruturas profundas e de regras de transformação que permitissem passar às estruturas superficiais, enquanto o grupo que havia estudado em Paris sugeriu que se baseassem em uma obra de Claude Hagège (1986), *La structure des langues*.

– Mas é outro livro imperialista! Não há “a” estrutura das línguas, mas sim “as” estruturas das línguas! Elas são todas diferentes!

Tomaria tempo demais apresentar a continuação desses debates. Que conste simplesmente que a “Comissão Linguística de Unificação da Torolândia” foi suspensa momentaneamente em novembro de 2022. As autoridades parecem ir atualmente em outra direção: “Se hoje é ponto pacífico que a língua do país será o quitoro, esqueçamos os problemas do léxico e da sintaxe e pensemos ao invés disso em uma língua gestual, comparável à dos surdos, o que permitiria evitar as questões de raízes, sistema de escrita, ou mesmo de fonética e fonologia”.

A França foi a primeira a reagir e enviou um novo expert. Após lembrar do congresso de Milão de 1880, quando se decidiu proibir o uso das línguas de sinais junto às crianças surdas em prol do oralismo, ele passou à situação atual, menos dogmática, e apresentou longamente uma classificação das diferentes línguas de sinais do mundo, baseando-se nos trabalhos de um linguista do Quebec, Henri Wittmann (1991): as línguas de sinais francesa, alemã, inglesa, belga (francófona e flamenca), japonesa, americana e até mesmo a língua de sinais de Lyon. Afinal, existe quase o mesmo número de línguas de sinais quanto de comunidades de surdos, cada uma delas tendo sua história e léxico próprios. Mas, segundo o especialista, a língua de sinais francesa era a mais apropriada para Torolândia.

Conclusões

Como os outros países ainda não propuseram experts em línguas de sinais, as coisas poderiam ter parado aí. Mas, no final de 2022, o presidente da República repreendeu seriamente seus ministros. Ele havia prometido, quando de sua tomada do poder, que devolveria a palavra ao povo em 2023 organizando uma eleição presidencial. Ele queria se candidatar nessas eleições e para tal dispor de uma Constituição, cuja redação estava bem avançada. Mas um artigo tinha ficado de fora. Ele tinha à sua frente um documento que apresentava várias reformulações e que refletiam a cronologia dos debates que passamos a resumir:

“As línguas oficiais de Torolândia são as oito línguas seguintes. Uma lei orgânica determinará as condições e as modalidades de seu uso”

“A língua oficial de Torolândia é o quitoro. Uma lei orgânica determinará o status das outras línguas do país”.

“A língua oficial de Torolândia é a língua de sinais torolandesa”.

E por fim uma versão que o enfureceu:

“A língua oficial de Torolândia é a língua de sinais torolandesa. O inglês é a língua de trabalho”.

O inglês! Mas eles não entenderam nada sobre a autenticidade! Será que eu tenho que fazer tudo!

Ele riscou, enfurecido, todo o documento e escreveu algumas linhas: “Torolândia não tem língua nenhuma. É proibido falar em espaços públicos. Portanto, as campanhas eleitorais serão em silêncio. Será utilizada a comunicação própria da autenticidade torolandesa, a da troca silenciosa praticada há gerações em nossos mercados públicos.

PS

O leitor já deve ter percebido que a situação que acaba de ser apresentada é totalmente imaginária. Fictícia, portanto, mas nem por isso inautêntica. A maior parte dos fatos e dos argumentos apresentados são retirados de acontecimentos reais, ocorridos em países e em épocas diferentes e baseados em depoimentos que mantive no anonimato. Os trechos das cartas citadas provêm dos arquivos diplomáticos, e limitei-me a adaptá-los à situação fictícia que apresentei. O mesmo se aplica às diferentes versões do artigo sobre as línguas na Constituição. Quanto às citações de obras, elas são verdadeiras. Além disso, embora o reino de Toro exista de fato, apenas Torolândia e o quitoro foram totalmente inventados.

Para além do seu aspecto lúdico, este artigo é uma espécie de resumo das escolhas feitas por certos países e das tentativas de intervenção externa nessas escolhas. Por isso, deve ser visto como um documento pedagógico que pode ser utilizado nos cursos de política linguística para iniciar uma discussão sobre a arbitrariedade do poder, o papel dos especialistas internacionais, a cooperação, as situações pós-coloniais ou questões mais gerais de ordem prática, ideológica, antropológica, política e ética. Na esperança de que uma abordagem humorística possa, por vezes, servir a causa da reflexão científica e política.

Referências

CORTÁZAR, Julio. *Historias de Cronopios y de Famas*. Buenos Aires: Minotauro, 1962.

FRANCIS, Jouannet. *Prosodologie et phonologie non linéaire*. Paris: SELAF/ACCT, 1985.

GUTHRIE, Malcolm. *The Classification of the Bantu Languages*. London: Oxford University Press; The International African Institute, 1948.

GUTHRIE, Malcolm. *Comparative Bantu: an introduction to the comparative linguistics and prehistory of the Bantu languages*. London: Gregg International, 1967-1971. 4v.

HAGÈGE, Claude. *La Structure des langues*. Paris: PUF, 1982

JANTON, Pierre. *L'espéranto*. Paris: PUF, 1973.

WITTMANN, Henri. Classification linguistique des langues signées non vocalement. *Revue Québécoise de Linguistique Théorique et Appliquée*, v. 10, n. 1, p. 215-288, 1991.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Untersuchungen*. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. Paris: Gallimard, 1986.

YIHONG, Gao. Sociocultural contexts and English in China: Retaining and reforming the cultural habitus. In: LO BIANCO, Joseph; ORTON, Jane; YIHONG, Gao. (eds.). *China and English: Globalisation and the dilemmas of identity*. Bristol: Multilingual Matters, 2009. p. 56-78.

History and Analysis of an Unfinished Language Policy (2019-2022): The Case of quitoro

Abstract

In this article, the author proposes a reflection on the language choices of certain countries and on the attempts of external intervention in these choices. It is a text of pedagogical character that can be used in language policy courses to initiate a discussion on the arbitrariness of power, the role of international experts, technical cooperation, mainly involving post-colonial, plurilingual contexts, as well as more general issues of practical, ideological, anthropological, political and ethical order.

Keywords: *Language policy. Linguistic ideologies. Plurilingualism.*